



UFV

Universidade  
Federal de  
Viçosa

## DMT - Ata de Registro de Preços

Processo nº 23114.906157/2024-44

Interessado: FABIO JOSE SILVEIRA DE SOUZA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 331/2023  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
PREGÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90047/2024

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - CAMPUS FLORESTAL (UASG 154052), com sede na Rodovia LMG 818, Km 06, Bairro Campus Universitário, CEP 35.690-000, Florestal-MG, inscrita no CNPJ 25.944.455/0003-58, neste ato representada pelo seu reitor Demétrius David da Silva, nomeado pelo Decreto de 23 de maio de 2019, publicada no DOU de 24 de maio de 2019, portador da matrícula funcional nº 0980916-6/Siape, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90047/2024 publicada no DOU de 24/06/2024, processo administrativo nº 23114.906157/2024-44, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

## 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material de construção e atendimento de demandas do setor de Manutenção do Campus e Coordenação de Obras e Projetos, visando a manutenções necessárias na Universidade Federal de Viçosa – Campus Florestal, especificados nos itens 1, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 21, 22, 23, 24, 31, 35, 42, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 68, 69 e 70 do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

DEPÓSITO DO FERNANDO LTDA CNPJ: 71.081.079/0001-70 Endereço: Rua Benedito Valadares, 5, Centro, Florestal-MG, CEP: 35690-000 Contato: (31) 3536-2360/deposito.fernando@yahoo.com.br Representante: Fernando Antônio de Oliveira				
Item do TR	Especificação	Unidade	Quantidade Máxima	Valor unitário
1	ADESIVO USO GERAL, MATERIAL:SILICONE, APARÊNCIA VISUAL:INCOLOR, APLICAÇÃO:VEDAÇÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:APLICAÇÃO MANUAL	Bisnaga (BIS) com 300 Grama	200	R\$ 13,00
4	ARAME, MATERIAL:AÇO, TRATAMENTO SUPERFICIAL:RECOZIDO, BITOLA:1,24 MM BWG 18, BITOLA EM MM - 1,24, MASSA LINEAR APROXIMADA 0,009 KG/M, ROLO 1KG, PG 7. ATENDER A NBR 5589.	Quilograma (KG) com 1 Quilograma	200	R\$ 13,99
6	ARAME, MATERIAL:FERRO, BITOLA:14, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:RECOZIDO BWG 14, BITOLA EM MM - 2,11, MASSA LINEAR APROXIMADA 0,027 KG/M, ROLO 1KG. ATENDER A NBR 5589.	Quilograma (KG) com 1 Quilograma	100	R\$ 13,62
7	ARAME, MATERIAL:FERRO, TRATAMENTO SUPERFICIAL:NÃO APLICÁVEL, PROTEÇÃO SUPERFICIAL:NÃO APLICÁVEL, BITOLA:18, APLICAÇÃO:ARMAÇÃO CONCRETO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:RECOZIDO ROLO 1KG, ATENDER A NBR 5589.	Quilograma (KG) com 1 Quilograma	100	R\$ 14,10
8	AREIA, TIPO:LAVADA, GRANULOMETRIA:FINA Areia lavada, granulometria fina, sem sal, uniforme, natural, sílicio-quartzosa, para reboco, assentamento de tijolos, cor clara, isenta de impurezas e outros, material como argila, substâncias orgânicas ou terrosas, areia tipo lavada, granulometria fina, cor clara.	Metro cúbico (M3) com 1 Metro Cúbico	200	R\$ 110,00

9	AREIA, TIPO:LAVADA, GRANULOMETRIA:MÉDIA Areia, tipo lavada, granulometria média, sem sal, uniforme, natural, sílico-quartzosa, aplicação em construção civil, isenta de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas, cor clara.	Metro cúbico (M3) com 1 Metro Cúbico	1000	R\$ 123,00
10	ARGAMASSA, COMPOSIÇÃO:CIMENTO, AGREGADOS MINERAIS E ADITIVOS, APLICAÇÃO:ASSENTAMENTO DE CERÂMICA EM PAREDES E PISO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COLANTE DE USO EXTERNO, APRESENTAÇÃO:PÓ, TIPO:AC III, NORMAS TÉCNICAS:NBR 14081 SACO 20 KG.	Saco (SC) com 20 Quilograma	200	R\$ 22,50
15	BLOCO DE CONCRETO, COMPRIMENTO:40 CM, LARGURA:20 CM, ALTURA:20 CM, APLICAÇÃO:CONSTRUÇÃO CIVIL RESISTÊNCIA DE 4,5 MPA A 6 MPA, ATENDER A NORMA 6136. Produzido conforme as normas nbr 7173/82, 7184/92 e 12118/11.	Unidade (UN) com 1 Unidade	10000	R\$ 3,73
21	CAL HIDRATADA, MATERIAL:HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, ASPECTO FÍSICO:PÓ, COR:BRANCA, APLICAÇÃO:CONSTRUÇÃO CIVIL Uso Indicado: Para assentar tijolos, reboco, massa fina etc. Atender NBR 7175:92, TIPO CH – III.	Saco (SC) com 20 Quilograma	150	R\$ 13,99
22	CAVADEIRA ARTICULADA, MATERIAL:AÇO CARBONO, CABO:MADEIRA ENVERNIZADA, COMPRIMENTO DO CABO:110 CM, COMPRIMENTO DAS GARRAS:24 CM, BATENTE:POLIPROPILENO 140 CM, EM AÇO CARBONO, CABO DE MADEIRA 120 CM ENVERNIZADO, BATENTE EM POLIPROPILENO, PESO 2,8 KG, REF. TRAMONTINA	Unidade (UN) com 1 Unidade	6	R\$ 25,50
23	CHIBANCA, MATERIAL:AÇO CARBONO, MATERIAL ENCAIXE CABO:AÇO CARBONO, MATERIAL CABO:MADEIRA, LARGURA:9,80 CM, ALTURA:38 CM, APLICAÇÃO:CONSTRUÇÃO CIVIL Medidas aceitas, além das especificadas na descrição principal: Largura: 37,5cm, Largura: 9,9cm. CABO DE MADEIRA DE 90 CM	Unidade (UN) com 1 Unidade	6	R\$ 45,00
24	CIMENTO PORTLAND, MATERIAL:POZOLÂNICO, TIPO:CPIV-32 Produtos ensacados em sacos de papel kraft de múltiplas folhas. Produto normatizado conforme NBR 5732/91; NBR 11578/91; NBR 5735/91; NBR 5736/91 e NBR 5733/91. VALIDADE E GARANTIA DE ESTOCAGEM MÍNIMA DE 12 MESES CONTADAS A PARTIR DA ENTREGA.	Saco (SC) com 1 Unidade	5000	R\$ 36,00
31	ESPUMA, MATERIAL:ESPUMA, COMPRIMENTO:22 CM, LARGURA:13 CM, ESPESSURA:6 CM UTILIZAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL – ESPUMA PEDREIRO	Unidade (UN) com 1 Unidade	60	R\$ 1,50
35	LÁPIS, TIPO:CARPINTEIRO, COR:PRETA TAMANHO 17,5 CM, GRAFITE FORTE. O LÁPIS PODE SER NAS CORES PRETA, VERMELHO E AZUL.	Unidade (UN) com 1 Unidade	100	R\$ 1,00
42	PONTEIRO, MATERIAL:AÇO, COMPRIMENTO:10 POL, DIÂMETRO:3/4 POL, APLICAÇÃO:SERVIÇOS GERAIS Ponteiro com empunhadura, Corpo em aço carbono temperado.Acabamento com pintura eletrostática na cor preta. Têmpera por indução nas duas extremidades. Empunhadura injetada em materialresistente e flexível. Diâmetro de 3/4". Tamanho: 10"	Unidade (UN) com 1 Unidade	30	R\$ 18,99
51	TALHADEIRA, MATERIAL:AÇO, TIPO:CHATO, COMPRIMENTO TOTAL:10 POL, PESO:0,90 KG, APLICAÇÃO:PEDREIRO, ACABAMENTO SUPERFICIAL:PINTADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM APUNHADURA Talhadeira com empunhadura, Corpo em aço carbono temperado.Acabamento com pintura eletrostática na cor preta. Têmpera por indução nas duas extremidades. Empunhadura injetada em materialresistente e flexível. Diâmetro de 3/4". Tamanho: 10"	Unidade (UN) com 1 Unidade	30	R\$ 15,00
52	TANQUE LAVAR ROUPA, MATERIAL:GRANITINA, COMPRIMENTO:120 CM, LARGURA:50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:2 CUBAS TANQUE DE LOUÇA PARA LAVAR ROUPA, TANQUE DUPLO, RETANGULAR, 40 L, 25 CM ALTURA X 50 CM LARGURA X 120 CM COMPRIMENTO, PROFUNDIDADE 25 CM, COR BRANCO. GARANTIA DE 12 MESES.	Unidade (UN) com 1 Unidade	10	R\$ 225,99
55	TELHA, MATERIAL:FIBROCIMENTO, TIPO:ONDULADA, COMPRIMENTO:244 CM, LARGURA:110 CM, ESPESSURA:8 MM ATENDER TODAS AS NORMAS DE FABRICAÇÃO EXIGIDAS PELO MERCADO.	Unidade (UN) com 1 Unidade	500	R\$ 89,90
56	TIJOLO, MATERIAL:BARRO COZIDO, TIPO:FURADO, COMPRIMENTO:29 CM, LARGURA:19 CM, ESPESSURA:10 CM, PESO:2.800 G, QUANTIDADE FUROS:8 UN, COR:VERMELHA, APLICAÇÃO:ESTRUTURAL Produzido conforme normas NBR 15270-1:2005, NBR15270-3:2005.	Unidade (UN) com 1 Unidade	7000	R\$ 1,10
57	TIJOLO, MATERIAL:BARRO COZIDO, TIPO:FURADO, COMPRIMENTO:29 CM, LARGURA:19 CM, ESPESSURA:14 CM, PESO:3.500 G, QUANTIDADE FUROS:12 UN, COR:VERMELHA, APLICAÇÃO:ESTRUTURAL Tijolo de barro cozido, tipo furado, 12	Unidade (UN) com 1 Unidade	5000	R\$ 1,68

	furos, comprimento 29cm, largura 19cm, espessura 14cm, 12 furos, tipo baíão. Produzido conforme normas NBR 15270-1:2005, NBR15270-3:2005.			
58	TORQUÊS, MATERIAL CORPO:AÇO FORJADO E TEMPERADO, TIPO:ARMADOR, TIPO ACABAMENTO:OXIDADO, TAMANHO:12 POL, PESO:575 G, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MEIO CORTE, MANDÍBULAS LIXADAS	Unidade (UN) com 1 Unidade	10	R\$ 21,50
68	VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO, MATERIAL:FERRO, TIPO:CA-50, COMPRIMENTO:12 M, BITOLA:1/4 POL, APLICAÇÃO:ARMAÇÃO VIGAS/PILARES E LAJES	Unidade (UN) com 1 Unidade	200	R\$ 23,99
69	VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO, MATERIAL:FERRO, TIPO:CA-60, COMPRIMENTO:12 M, PESO:1,31 KG, APLICAÇÃO:ARMAÇÃO VIGAS/PILARES E LAJES, DIÂMETRO:4,2 MM	Unidade (UN) com 1 Unidade	200	R\$ 9,90
70	VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO, MATERIAL:FERRO, TIPO:CA-60B, COMPRIMENTO:12 M, APLICAÇÃO:ARMAÇÃO VIGAS/PILARES E LAJES, DIÂMETRO:5 MM	Unidade (UN) com 1 Unidade	200	R\$ 17,00

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

- 3.1 O órgão gerenciador será a **Universidade Federal de Viçosa, Campus Florestal-MG (UASG 154052)**.
- 3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item do TR	Órgão Participante	Unidade	Quantidade
1	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Bisnaga (BIS) com 300 Grama	30
4	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Quilograma (KG) com 1 Quilograma	40
6	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Quilograma (KG) com 1 Quilograma	30
7	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Quilograma (KG) com 1 Quilograma	30
8	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Metro cúbico (M3) com 1 Metro Cúbico	50
9	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Metro cúbico (M3) com 1 Metro Cúbico	400
10	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Saco (SC) com 20 Quilograma	30
15	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Unidade (UN) com 1 Unidade	4.000
21	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Saco (SC) com 20 Quilograma	50
22	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Unidade (UN) com 1 Unidade	2
23	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Unidade (UN) com 1 Unidade	2
24	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Saco (SC) com 1 Unidade	100
35	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Unidade (UN) com 1 Unidade	10
42	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Unidade (UN) com 1 Unidade	5
51	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Unidade (UN) com 1 Unidade	15
55	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Unidade (UN) com 1 Unidade	100
56	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Unidade (UN) com 1 Unidade	2.000
57	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Unidade (UN) com 1 Unidade	1.500
58	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Unidade (UN) com 1 Unidade	3
68	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Unidade (UN) com 1 Unidade	50
69	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Unidade (UN) com 1 Unidade	50
70	4ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES LEVE DE MONTANHA (COMPANHIA PASSAGEM DO CHACO)	Unidade (UN) com 1 Unidade	50

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item

#### **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9..

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item *Erro: Origem da referência não encontrada*, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1., sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2. e no item 7.2.1., o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3., a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## 9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada eletronicamente pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Florestal, 24 de julho de 2024.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: maio/2023

Ata de Registro de Preços – Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

### Assinaturas Requeridas:

1. Reitor.
2. Fernando Antônio de Oliveira (Representante Legal da empresa).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Antônio de Oliveira**, **Usuário Externo**, em 06/08/2024, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **REJANE NASCENTES**, **Vice-Reitora**, em 07/08/2024, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dti.ufv.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dti.ufv.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1384998** e o código CRC **A21F76BB**.

Referência: Processo nº 23114.906157/2024-44

Campus Viçosa  
Av. Peter Henry Rolfs, s/nº, Campus Universitário  
36570-900 Viçosa/MG

Campus Florestal  
Rodovia LMG-818, km 6  
35690-000 Florestal/MG

Campus Rio Paranaíba  
Rodovia MG-230, Km 7, Zona Rural, Rodoviário  
38810-000 Rio Paranaíba/MG

SEI nº 1384998